

Fim da Guerra Fria ou fim da

As profecias facilitam, por vezes, o sucesso no «mercado» intelectual. Em parte por isso, «O fim da História?», de Francis Fukuyama, Imprensa internacional durante os últimos meses. O seu autor desempenha o cargo de director adjunto dos serviços de planeamento que contribuiu para a sua repercussão internacional, embora Fukuyama faça questão em esclarecer que o seu ensaio não foi financiado pelo Governo americano, nem da Rand Corporation, a que também esteve ligado.

O artigo foi publicado, no Verão passado, nas páginas da revista norte-americana «The National Interest». As ideias foram expostas, Francis Fukuyama no Olin Center da Universidade de Chicago. Seguiu-se, nos Estados Unidos da América e na Europa, um afluxo aqui e além, referências esparsas (por exemplo, em artigo de Guilherme d'Oliveira Martins, no «DN»). Poucos tiveram, porém, a coragem de decidir adquirir os respectivos direitos, e promover a sua publicação e o debate entre intelectuais, políticos, escritores e académicos.

A partir desta edição, o «Diário de Lisboa» publicará quatro textos correspondentes aos capítulos III, IV e V do artigo de Fukuyama sobre a política internacional e as suas consequências futuras. Omitimos apenas os capítulos I e II, que respeitam às teses de Hegel e do seu discípulo. Dada a incompatibilidade entre o estilo gráfico de um diário e as notas de rodapé, incluímos em pequenas caixas, acompanhadas de setas, algumas importantes inseridas dessa forma no texto original.

1-A derrota das alternativas ao liberalismo ocidental

Ao observar o curso dos acontecimentos ao longo da última década, torna-se difícil evitar a sensação de que algo de fundamental se registou na História mundial. Neste ano que finda, uma série de artigos veio celebrar o fim da Guerra Fria, assim como o facto de a «paz» parecer estar a despontar em diversas zonas do Mundo. A maior parte destas análises não está suficientemente enquadrada em termos conceptuais para se poder distinguir entre o que é essencial e o que é contingente ou acidental na História; daí o seu tom superficial. Se Gorbachev fosse expulso do Kremlin, ou um novo Ayatollah viesse proclamar o milénio numa remota capital do Médio Oriente, os mesmos analistas apressar-se-iam a anunciar o regresso de uma nova era de conflito.

E, no entanto, todos eles se apercebem de um processo mais vasto em curso, o qual dá coerência e ordem às notícias que, diariamente, ocupam os cabeçalhos dos jornais. O século XX viu os países desenvolvidos caírem num paroxismo de violência ideológica, enquanto o liberalismo se confrontava, primeiro com os resquícios do absolutismo, depois com o bolchevismo e o fascismo e, finalmente, com um marxismo modernizado, que ameaçava conduzir ao derradeiro apocalipse da guerra nuclear. Mas este século, que começou cheio de confiança no triunfo final da democracia liberal e ocidental, parece, agora que se aproxima do fim, ter completado um círculo e regressado ao ponto de partida: não a um «fim da ideologia» - ou seja, uma convergência entre o capitalismo e o socialismo, como fora vaticinado - mas a uma estrondosa vitória do liberalismo económico e político.

O triunfo do Ocidente, da concepção ocidental, torna-se patente, em primeiro lugar na completa exaustão de alternativas sistemáticas viáveis para o liberalismo ocidental. Na última década, houve uma mudança inequívoca no panorama intelectual dos dois

maiores países comunistas do Mundo, e em ambos começaram a surgir significativos movimentos de reforma. Mas este fenómeno ultrapassa a esfera da alta política, verifica-se também na expansão inelutável da cultura de consumo ocidental, em contextos tão diversos como os mercados populares e os aparelhos de televisão a cores, agora omnipresentes em toda a China, ou as cooperativas de restaurantes e lojas de vestuário inaugurados, no ano passado, em Moscovo. Beethoven inunda os centros comerciais japoneses e a música rock é apreciada tanto em Praga como em Rangoon ou Teerão.

O que estamos a testemunhar poderá não ser, apenas, o fim da Guerra Fria ou de um período específico dos pós-guerra, mas o fim da própria História, isto é, o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental como única forma de governo. Tal não significa que deixará de haver acontecimentos para encher as páginas do sumário anual das relações internacionais da «Foreign Affairs», pois a vitória do liberalismo verificou-se, antes do mais, no domínio das ideias ou do espírito, e ainda se encontra incompleta no mundo real e material. Mas existem razões poderosas para acreditar que o ideal governará, a longo prazo, o mundo material (...)

Fascismo e comunismo

(...) Teremos, de facto, chegado ao fim da História? Ou, por outras palavras, existirão ainda quaisquer «contradições» fundamentais na vida humana que não possam ser resolvidas no contexto do liberalismo moderno, que encontrariam solução numa estrutura político-económica alternativa? Partindo das premissas idealistas atrás expostas, a resposta deverá ser procurada no domínio da ideologia e da consciência. Não vamos debater exaustivamente os reptos ao liberalismo lançados, em todo o

Mundo, pelos messianismos fanáticos, mas analisar os que se incorporam em importantes forças em movimentos sociais ou políticos e pertencem assim, à História mundial. Neste contexto, pouco importam as estranhas ideias que possam surgir na Albânia ou no Burkina Faso: só nos interessa aquilo a que poderíamos chamar a herança ideológica comum da humanidade.

Neste século, houve dois grandes desafios ao liberalismo: o fascismo e o comunismo. O primeiro considerava que a debilidade política, o materialismo e a falta de sentido comunitário do Ocidente eram contradições fundamentais da sociedade liberal, apenas podendo ser resolvidas por um Estado forte, que forjasse um novo «povo» na base da exclusividade nacional. A II Guerra Mundial destruiu o fascismo como ideologia viva. Claro que se tratou de uma derrota a um nível muito material; mas também anulou a ideia. E o que destruiu o ideal fascista não foi uma repugnância moral generalizada - pois muitos se mostraram dispostos a apoiá-lo enquanto parecia conter a chave do futuro -, mas a sua falta de êxito. Depois da guerra, a maioria das pessoas sentiu que o fascismo alemão (assim como as suas variantes europeias e asiáticas) estava condenado à autodestruição. Não houve qualquer motivo material para que novos movimentos fascistas não voltassem a renascer noutros locais, excepto o facto de que o ultranacionalismo expansionista, com a sua promessa de conflito interminável e consequentes desastres militares, ter perdido por completo a capacidade de atracção. As ruínas do Reich, assim como as bombas atómicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki, eliminaram por completo esta ideologia, e todos os movimentos proto-fascistas semeados pelo exemplo alemão e japonês - como o movimento peronista, na Argentina, ou o Exército Nacional Indiano de Subhas

Chandra Bose - desapareceram depois da guerra.

Malogro no Ocidente

O desafio ideológico representado pela outra grande alternativa ao liberalismo, o comunismo, foi muito mais sério. Marx, utilizando a linguagem de Hegel, proclamou que a sociedade liberal encerrava uma contradição fun-

damental irresolúvel no seu contexto; esta contradição - entre o capital e o trabalho - tem constituído, desde então, a principal acusação contra o liberalismo. Mas a luta de classes já foi ultrapassada, com êxito, no Ocidente. Como Kojève (entre outros) observou, o igualitarismo na América contemporânea representa, no essencial, a base

da sociedade sem classes preconizada por Marx. Isto não significa que não haja ricos e pobres nos Estados Unidos, ou que a distância entre ambos não tenha aumentado, nos últimos anos. Mas as raízes da desigualdade não têm a ver com a própria estrutura social e legal da nossa sociedade - que permanece fundamentalmente igualitária



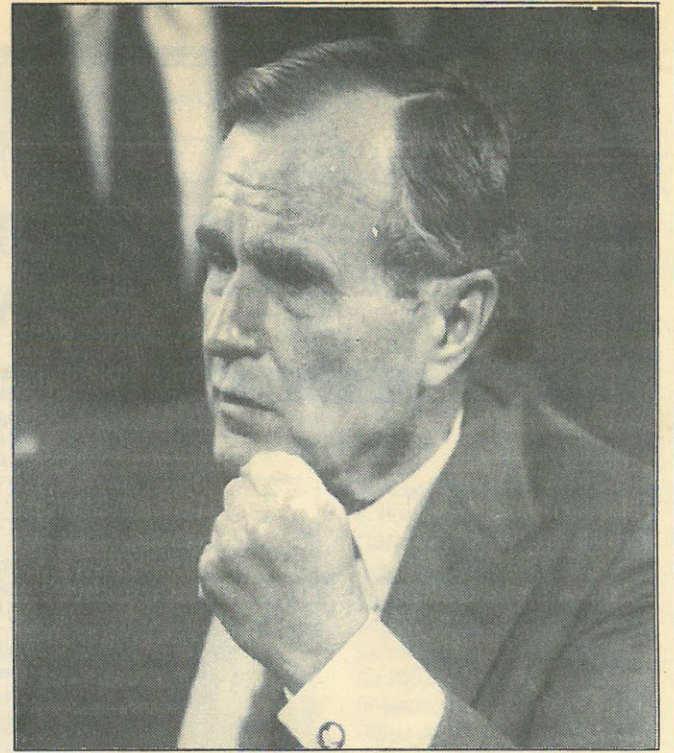
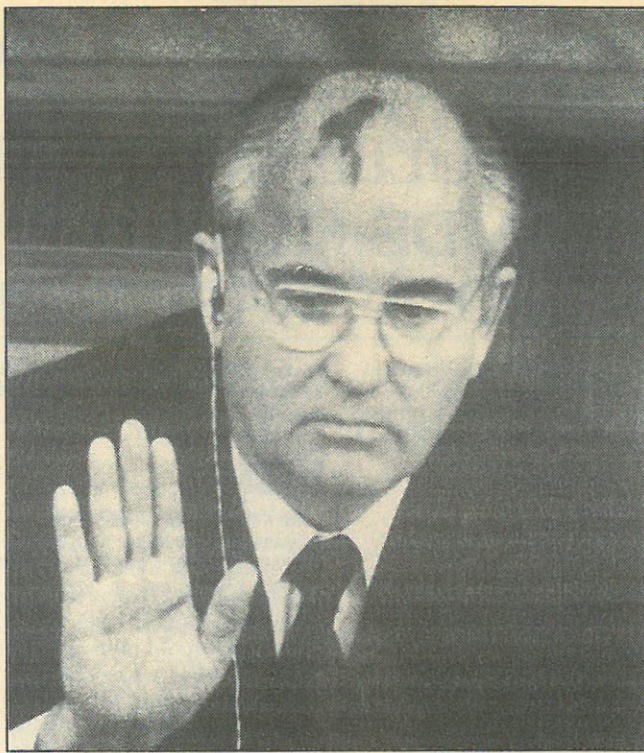
A Europa antes da Segunda Guerra Mundial

a História?

... é o texto político que mais tinta fez correr na imprensa da Secretaria de Estado dos EUA, mas que não exprime os pontos de vista do

... pela primeira vez, numa conferência proferida por um amplo debate. Em Portugal também surgiram, em paralelo ao texto original, pelo que o «Diário de Lisboa» e outros jornais e jornalistas portugueses.

... Trata-se das análises acerca da actual situação da Europa, de um discípulo Kojève, acerca do «fim da História». ... lendo os artigos, as informações mais



Gorbachev e Bush: sustentam alguns que eles não puseram apenas termo à Guerra Fria

A interminável nostalgia

1. As coências sociais continuam a ser um mundo de frustrações. Dos que as cultivam, nem todos se conformam com os seus limites. E, por vezes, só conseguem verdadeiramente fazer-se ouvir quando inventam «hipóteses ousadas», nem sempre novas, de resto, e com isso desencadeiam polémicas *inter pares* nas revistas que «fazem currículo». Estamos perante um caso desses. O autor parece anunciar o «fim da História», mas, talvez ingenuamente (ou porque os académicos americanos precisam sempre de invocar as raízes europeias em que se fundamentam), afinal ele apenas se assume como o terceiro descobridor do fenómeno, num período de dois séculos. Segundo ele, já Hegel em 1806 proclamava o fim da História - e, a seu ver, já então estava certo. Depois, nos anos quarenta, um intelectual dissidente russo volta a retomar a tese (invocar o testemunho de um desconhecido é outro truque corrente nestes textos: sugere uma cuidada investigação das fontes) e, de novo, com plena razão. Mas o certo é que, ao que parece, a História leva tempo a acabar - era altura de alguém lhe dar a última machadada: Fukuyama achou que voltava a haver «mercado» para a ideia, e insiste em ressuscitá-la pela terceira vez. Desta é que é, embora o autor deixe uma última frase em suspenso: «Talvez ela ainda comece de novo...», e refira numa tímida nota de pé de página que o tal dissidente russo, perante o exemplo japonês, terá pensado, no fim da sua vida, que «talvez a História não tenha terminado...»

2. Vejamos, então algumas das teses centrais da argumentação de Fukuyama. Em primeiro lugar, o grande ponto de partida, vindo das profundezas de Hegel: «São as ideias, a *self-consciousness*, que movem a História - são as disputas e contradições dos grandes princípios ideológicos que a fazem avançar». Mas, atenção, elas são ideias *a priori*, *priori states of consciousness*, que «se podem desenvolver autonomamente em relação ao mundo material», ou seja, vindas não se sabe de onde, talvez do berço. Arreigadamente idealista, pois, o homem está no seu direito. Mas os exemplos que escolhe contradizem-no: é acima de tudo a total desordem económica em países como a China ou a União Soviética que *impõem* aos dirigentes a viragem para o mercado, e o nosso autor bem assinala que os que se opõem a Gorbachev são não só os burocratas - mais por defesa de privilégios *materiais* -, mas talvez sobretudo as populações que temem a inflação e o desemprego (coisas bem *materiais*). E ainda recentemente se viu como os alemães de Leste clamam pela liberdade, é um facto, mas sonham, talvez mais ainda, com as delícias das sociedades de consumo. De resto, é o próprio Fukuyama quem considera como *subjacente* ao seu «estado universal homogéneo» (expressão pouco menos que aterradora) uma «cultura de consumo» obviamente material... Mais ainda: Fukuyama declara terminados os imperialismos e expansionismos - numa palavra: «Os colonialismos» europeus - essencialmente «iliberais». Nem lhe passa pela cabeça que os imperialismos económicos, como o americano e, hoje, o japonês, sejam «iliberais», pois o «económico» pertence ao mundo material, que não move a História...

3. Outra questão interessante é o facto de considerar finalmente vitoriosa (em termos «espirituais», claro) a «sociedade democrático-igualitária», que prefigura os grandes princípios do «estado universal homogéneo». Que ideia faz ele desse tipo de sociedade? É simples: «O igualitarismo da América moderna representa, no essencial, a realização da sociedade sem classes imaginada por Marx». É claro que há ricos e

pobres, há discriminações várias, mas «as raízes da desigualdade económica não têm que ver com a estrutura legal e social da nossa sociedade, que permanece fundamentalmente igualitária e moderadamente redistributiva». Os Estados Unidos são, pois, o modelo democrático-igualitário e aí, supõe-se, a História já acabou mesmo. Ora sucede que a própria ideia liberal é essencialmente anti-igualitária, como toda a gente sabe, e justamente fomenta as desigualdades por reputá-las indispensáveis para a dinâmica social, para os aumentos de produtividade, para servirem de incentivos ao trabalho - através da competição permanente. O próprio autor do artigo reconhece que foram os estímulos materiais que fizeram aumentar a produção na China. Sem que a ideia democrática (como dramaticamente se viu - e não refere) esteja presente na mente dos dirigentes... Existe em tudo isto uma evidente confusão.

4. Enfim, o autor revela algumas lacunas nos seus conhecimentos da História mais recente (o que se pode desculpar já que isso pouca importância terá quando a História está a dar as últimas). Diz, por exemplo, que «todos os movimentos profascistas inspirados nos exemplos alemão e japonês, como o movimento peronista na Argentina ou o Exército Nacional Indiano, de Chandra Bose, desapareceram depois da guerra!» Ora, é um facto conhecido que o peronismo surgiu precisamente *depois* da guerra e, de algum modo, continua no poder na Argentina... E quanto aos seus conhecimentos teóricos, gostava de lembrar que Marx não anunciou o comunismo como o «fim da História», mas como o «fim da pré-História da Humanidade». É o oposto: seria então o «princípio da História»...

5. Quanto às próprias ideias «liberais» do autor, deixam-me suspeitas algumas das suas afirmações. Para não ir mais longe: «O clima intelectual é tal que os seus mais 'avanzados' membros já não acreditam que a sociedade burguesa é algo que terá em definitivo de ser ultrapassado. Não quero dizer com isto que as opiniões de certos intelectuais progressistas nos países ocidentais não sejam profundamente patológicas em muitos aspectos». Os que não pensam como eu, estão doentes: na URSS iam para centros psiquiátricos...

6. Resumindo: numa fase de grande euforia, que promete a conquista de vastos mercados a Leste e uma inelutável integração dessas economias no sistema capitalista mundial - ou seja, um passo mais no expansionismo (liberal?) do sistema - pretende esconder-se esses desagradáveis lados *materiais*, e pôr o acento na uniformização ao nível das «ideias» e de modelos de sociedade. Por certo que a conquista das liberdades democráticas por esses países é um dado político fundamental. Mas esses povos de depressa descobrirão que o objectivo prioritário é torná-los «consumidores homogéneos», muito mais do que cidadãos actuantes e participativos. E que as desigualdades aumentarão, pois esse é o motor do sistema.

Pensar que o capitalismo (porque é *isso* o que está em causa) é o fim da História é simplesmente a expressão do mais «patológico» conservadorismo: pois se assim fosse, todas as lutas perderiam sentido. E não foi o que se viu, desde o primeiro «fim da História», o de Hegel. Em 1806. E haverá mais. Até que o sistema, como todos os que o antecederam, comece o seu inexorável declínio.

João Martins Pereira

fundamentalmente igualitária e moderadamente redistributiva - mas com as características sociais e culturais dos grupos que a formam, as quais constituem, por sua vez, a herança histórica de circunstâncias pré-modernas. Assim, a penúria dos negros, nos Estados Unidos, não é uma consequência inerente ao liberalismo, antes consti-

tui uma herança da escravidão e do racismo, que persistiram muito depois da abolição formal da escravatura. Devido à secundarização da luta de classes, a atracção pelo comunismo no Ocidente industrializado é hoje menor do que em qualquer outro período desde a I Guerra Mundial. E há muitas maneiras de o verificar: no declínio do número de militantes e dos resultados eleitorais dos principais partidos comunistas europeus, bem como no manifesto revisionismo dos seus programas; no correspondente êxito eleitoral dos partidos conservadores, da Grã-Bretanha à RFA, e dos EUA ao Japão, com posições declaradamente pró-mercado e anti-estatal; e, também, num sector intelectual cujos membros mais «avanzados» já não acreditam que a sociedade burguesa terá, em última instância, que desaparecer. O que não quer dizer que as opiniões de muitos intelectuais progressistas, no Ocidente, não sejam, em diversos aspectos, profundamente patológicas. Mas aqueles que acreditam que o futuro terá, inevitavelmente, que passar pelo socialismo, estão, em geral, já velhos ou demasiado afastados do discurso político concreto.

Poder-se-á argumentar que a alternativa socialista nunca foi muito plausível nos países do Atlântico Norte, sendo sobretudo fomentada, nas últimas décadas, pelo seu êxito fora daquela região. Mas é precisamente no exterior do continente europeu que surgem as transformações ideológicas mais inesperadas.

Francis Fukuyama
(trad. de Isabel Joyce)

Próximo artigo:
2-As batalhas ideológicas no continente asiático

O termo «fascismo»

Neste artigo, esclarece Fukuyama, o termo «fascismo» não é utilizado «no seu sentido mais vigoroso», mas sim para designar, qualquer movimento organizado ultranacionalista com pretensões universais - não no sentido do nacionalismo, que as exclui, mas relativamente ao direito de dominar outros povos. Assim, o Japão imperial poderá qualificar-se de fascista, mas não o Paraguai de Stroessner ou o Chile de Pinochet. Claro que as ideologias fascistas não são universalistas no sentido do marxismo ou do liberalismo, mas a estrutura da doutrina pode ser transferida de país para país.

